



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOZARLANDIA
CAPA DO PROCESSO 8724/2025



227104

Número Processo: 8724/2025	Data /Hora: 12/12/2025 11:35:04	Id: 227104
Interessado: 52387 - MUNICIPIO DE MOZARLANDIA	CPF/CNPJ: 01.135.227/0001-07	
Endereço: R SAO PAULO, N°: S/N, CENTRO, CEP: 76.700-000		
Email: contato@mozarlandia.go.gov.br.		
Cidade: MOZARLÂNDIA	Bairro: CENTRO	Telefone: (62) 3348-6333
Solicitante: 2104 - JOSE AMILTON DA SILVA BRAZ	CPF/CNPJ:	
Email:	Telefone:	
Assunto: SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO		
Data documento:	Valor: 0,00	Número do documento:
Observação: SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DO RATEIO DAS SOBRAS DO FUNDEB		

Usuário: daniel.castro

Local repartição: DEPARTAMENTO DE COMPRAS

OFÍCIO Nº038

Mozarlândia, 12 de dezembro de 2025

À

Excelentíssima Senhora
Lucijane Freire de Alencar Carlos
Prefeita Municipal de Mozarlândia – GO

À Ilma Senhora

Terezinha Ferreira da Silva
Secretária Municipal de Educação de Mozarlândia

Assunto: **Solicitação de pagamento do rateio das sobras do FUNDEB – Exercício 2025**

Excelentíssima Senhora Prefeita,

O **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB** do Município de Mozarlândia – GO, no uso de suas competências legais previstas na **Lei Federal nº 14.113/2020**, vem, por meio deste, solicitar oficialmente providências referentes ao **pagamento do rateio das sobras dos recursos do FUNDEB do exercício de 2025** aos profissionais da educação da rede municipal.

1. Fundamentação Legal

A solicitação fundamenta-se nas seguintes normas:

a) Constituição Federal

- **Art. 212-A, §1º** — determina que, no mínimo, **70%** dos recursos anuais do FUNDEB devem ser utilizados na **remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício**.

b) Lei Federal nº 14.113/2020 (Lei do FUNDEB)

- **Art. 26** — estabelece que, ao final do exercício, caso não tenha sido atingido o percentual mínimo de 70% com pagamento da remuneração dos profissionais da educação, **a diferença deverá ser obrigatoriamente utilizada para rateio**, na forma de abono.
- **Art. 40, §§ 3º e 4º** — reforça que os recursos destinados ao pagamento dos profissionais da educação pertencem ao exercício vigente e **devem ser utilizados dentro do período financeiro**, proibindo o acúmulo indevido para o exercício seguinte.
- **Art. 38** — determina o papel fiscalizador do CACS/FUNDEB no acompanhamento da aplicação dos recursos.

c) Resoluções e Pareceres do CNE

- **Parecer CNE/CEB nº 08/2020** — orienta que o **recreio e demais intervalos** integram a jornada de trabalho dos profissionais do magistério para fins de remuneração, registro e organização escolar.

d) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101/2000)

- **Art. 8º, parágrafo único** — determina que todos os recursos vinculados **devem ser utilizados para sua finalidade específica**, vedando retenções ou remanejamentos indevidos.

2. Solicitações Formais do CACS/FUNDEB

Diante da legislação e da proximidade do encerramento do exercício financeiro de 2025, solicitamos a Vossa Excelência:

1. Informações oficiais sobre o saldo disponível para o rateio das sobras do FUNDEB, tanto do:

- **70%** — Profissionais da educação (magistério + demais profissionais previstos na lei);
- **30%** — manutenção e desenvolvimento do ensino, quando houver reflexos em despesa de pessoal.

2. Confirmação da programação para efetivação do pagamento do rateio ainda no exercício de 2025, conforme obrigação legal imposta pela Lei 14.113/2020.

3. Envio ao CACS/FUNDEB dos demonstrativos financeiros atualizados, contendo:

- balancetes do FUNDEB,
- folhas de pagamento de novembro e dezembro,
- demonstrativos de cálculos do rateio,
- extratos da conta bancária vinculada ao FUNDEB.

Esses documentos são imprescindíveis para o exercício da função fiscalizadora do Conselho, conforme **Art. 38 da Lei 14.113/2020**.

3. Considerações Finais

O rateio das sobras do FUNDEB é um **direito dos profissionais da educação** e um **dever legal da gestão municipal**, além de constituir importante mecanismo de valorização da categoria e cumprimento dos requisitos constitucionais de aplicação mínima dos recursos da educação.

O CACS/FUNDEB permanece à disposição para acompanhar tecnicamente todo o processo, garantindo transparência, legalidade e respeito às normas vigentes.

Atenciosamente,



José Amilton Braz da Silva

Presidente do CACS/FUNDEB

